


COORDENAÇÃO GERAL

Ministra Regina Helena Costa
Senador Efraim Filho
Marcus Livio Gomes

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Talita Pimenta Felix
Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva



NORMAS GERAIS DE
PREVENÇÃO DE LITÍGIOS,
SENSUALIDADE
E PROCESSO
ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
E CÓDIGO DE DEFESA
DOS CONTRIBUÍNTES

ORGANIZAÇÃO

CARLOS HENRIQUE DE OLIVERA
LEONEL PITZER
EDUARDO SOUSA PACHECO CRUZ SILVA
LUIZ GUSTAVO BICHARA

Copyright © 2023 by Editora Letramento

Diretor Editorial Gustavo Abreu
 Diretor Administrativo Júnior Goudereto
 Diretor Financeira Cláudia Macedo
 Logístico Daniel Abreu e Vinícius Santiago
 Comunicação e Marketing Carol Pires
 Assistente Editorial Matteos Moreno e Maria Eduarda Paixão
 Designer Editorial Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

Coleção Bibliográfica A Reforma do Processo Tributário
 Coordenação-geral Ministra Regina Helena Costa Senador Efraim Filho Marcus Livia Games
 Coordenação-executiva Talito Pimenta Felix Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva
 Organização Carlos Henrique de Olivero Leonel Pittzer
 Eduarda Sousa Pacheco Cruz Silva Luiz Gustavo Bichara

Conselha Editorial Jurídico

Alessandra Mara de Freitas Silva	Edson Nakoto Jr	Luiz F. do Vale de Almeida Guilherme
Alexandre Moraes da Rosa	Georges Abboud	Marcelo Hugo da Rocha
Bruno Miragem	Henderson Fürst	Nuno Miguel B. de Sá Viana Rebelo
Carlos Maria Cárcova	Henrique Garbellini Carnia	Onafre Alves Batista Júnior
Cássio Augusto de Barros Brant	Henrique Júdice Magalhães	Renato de Lima Rodrigues
Cristian Kiefer da Silva	Leonardo Isaac Yarochewsky	Salah H. Khaled Jr
Cristiane Dupret	Lucas Moraes Martins	Willis Santiago Guerra Filho

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação [CIP]

Bibliotecário Juliana da Silva Mauro - CRB6/3684

N851 Normas gerais de prevenção de litígios, consensualidade e processo administrativo tributário e código de defesa dos contribuintes / coordenado por Ministra Regina Helena Costa ... [et al]. - Belo Horizonte : Casa do Direito, 2023. 788 p. ; 23 cm. - (Coleção Bibliográfica A Reforma do Processo Tributário. v. 1)

Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-5932-410-1

1. Processo tributário. 2. Modernização. 3. Consensualidade. 4. Arbitragem tributária. 5. Mediação tributária. I. Costa, Regina Helena. II. Título.

CDU: 34:336.2

CDD: 343.05

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2
2. Direito tributário 343.05



GRUPO ED.
LETRAMENTO

LETRAMENTO EDITORA E LIVRARIA

Caixa Postal 3242 – CEP 30.130-972
 r. José Maria Rosemburg, n. 75, b. Ouro Preto
 CEP 31.340-080 – Belo Horizonte / MG
 Telefone 31 3327-5771



CASA DO
 DIREITO

É O SELO JURÍDICO DO
 GRUPO EDITORIAL LETRAMENTO



11 PREFÁCIO

Regina Helena Costa

16 APRESENTAÇÃO

**Carlos Henrique de Oliveira
Leonel Pereira Pittzer
João Henrique Chauffaille Grognet
Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva
Luis Gustavo Bichara**

**PARTE I
NORMAS GERAIS DE PREVENÇÃO DE LITÍGIOS, CONSENSUALIDADE
E PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

36 AS NORMAS GERAIS DE PREVENÇÃO DE LITÍGIOS, CONSENSUALIDADE
E PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – O PAPEL E OS LIMITES
DA LEI COMPLEMENTAR

**Misabel de Abreu Machado Derzi
Tiago Conde Teixeira
Valter de Souza Lobato**

64 PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: DEVIDO
PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA, CONTRADITÓRIO E DUPLO GRAU
DE JURISDIÇÃO

**Paulo Ayres Barreto
Carla de Lourdes Gonçalves**

74 A DEFINITIVIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA E SEU
QUESTIONAMENTO JUDICIAL PELA FAZENDA PÚBLICA

**Gustavo Brigagão
Pedro Grillo**

91 MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO
TRIBUTÁRIO E A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA DOS CONTRIBUINTE

Thais de Laurentiis

106 O PROPOSTO ART. 113-A DO CTN: LIMITAÇÕES À APLICAÇÃO DE
PENALIDADES ADMINISTRATIVAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA

Leandro Paulsen

138 AS ATENUANTES NA APLICAÇÃO DE MULTAS E A NÃO APLICAÇÃO
DE REDUÇÕES PUNITIVAS PARA O RESPONSÁVEL E DEVEDOR
CONTUMAZ

Eduardo Perez Salusse

153 ANÁLISE CRÍTICA DO LANÇAMENTO PARA PREVENÇÃO DA
DECADÊNCIA NA REFORMA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Carlos Augusto Daniel Neto

169 A "INDÚSTRIA DA MULTA" E O LIMITE ÀS PENALIDADES COMINADAS
PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Luiz Roberto Peroba Barbosa

182 O ALCANCE DOS CONCEITOS UTILIZADOS PELO ANTEPROJETO PARA
A CARACTERIZAÇÃO DAS "ATENUANTES" DA DOSIMETRIA DAS PENAS

Micaela Dominguez Dutra

197 PROGRAMAS DE CONFORMIDADE. NOVO ART. 139-B DO CTN

Flávio Vilela Campos

219 PROGRAMAS DE CONFORMIDADE NO BRASIL: ONTEM, HOJE E
AMANHÃ

Mário José Dehon São Thiago Santiago

230 MEDIAÇÃO DE CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO ODR DIANTE DOS NOVOS ART. 171-B E INCISO V DO ART. 174 DO CTN

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira
Carlos Eduardo Montes Netto

248 CONSULTA TRIBUTÁRIA: EFEITOS VINCULANTES, APLICAÇÃO *ERGA OMNES* E NOVO ARTIGO 194-C DO CTN

Alexandre Naoki Nishioka
Giulia Ramos Dalmazo

266 CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO STF E STJ: O NOVO ART. 194-B DO CTN

José Carlos Francisco

283 PRECEDENTES JUDICIAIS E O PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Rodrigo Fux

302 ANÁLISE SISTÊMICA DO SOBRESTAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA DOS TEMAS AFETADOS AOS RECURSOS REPETITIVOS.

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
Carolina Paes de Castro Mendes

319 A COMPATIBILIDADE ENTRE (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO COM A CONSENSUALIDADE

Marcus Livio Gomes
Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva
Manoel Tavares de Menezes Netto

339 OS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO MEIO PARA ENFRENTAMENTO ADEQUADO DA LITIGIOSIDADE TRIBUTÁRIA

Onofre Alves Batista Júnior

359 CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA ONTEM, HOJE E AMANHÃ: EVOLUÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto

375 AS MODALIDADES DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 124/2022

Manoel Tavares de Menezes Netto

João Henrique Chauffaille Grognet

391 TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA: O PONTO DE INTERSEÇÃO ENTRE FISCO E CONTRIBUINTES

Leonardo Alvim

Frederico Bastos

Artur Muxfeldt

402 NORMAS GERAIS SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Dalla Pria

417 O "ESQUELETO" DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO EM ÂMBITO NACIONAL: RECURSOS, PRAZOS E PROCEDIMENTO

Hugo Wilken Maurell

Rafael Gaia Edais Pepe

434 O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO À LUZ DA PROPOSTA DE INTRODUÇÃO DO ART. 208-A, DO INCISO VI DO ART. 208-C E INCISO II DO ART. 208-D AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Ulisses Schwarz Viana

450 O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, A SUSPENSÃO ANUAL DOS PRAZOS PROCESSUAIS (20/12 A 20/01) E O ART.208-D, § 5º, DO CTN

Mary Elbe Queiroz
Antonio Carlos de Souza Júnior

461 PUBLICIDADE DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E FÁTICOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO (O NOVO ART. 208-F DO CTN)

Maurício Pereira Faro
Bernardo Motta Moreira

478 NULIDADE DO LANÇAMENTO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO

Ivan Alegretti

490 MODERNIZAÇÃO DO DIREITO PROCEDIMENTAL TRIBUTÁRIO

Alessandra Machado Brandão Teixeira
Laís Barreto Caldeira

501 TESES DE JULGAMENTO, RAZÕES DE DECIDIR E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE PRECEDENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JULGADOS TRIBUTÁRIOS DO STF E DO STJ

Nina Pencak

PARTE II

CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE

520 POR QUE UM CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE?

Ives Gandra da Silva Martins
Luis Antonio Flora

536 TAXPAYER BILL OF RIGHTS. FUNDAMENTAL RIGHTS THEY SHOULD BE AWARE OF WHEN DEALING WITH THE IRS.

Luis Inácio Adams

Louise Dias Portes

550 LO STATUTO DEL CONTRIBUENTE

Giulio de Simone

560 PROGRAMAS DE CONFORMIDADE COOPERATIVA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA À LUZ DAS DIRETRIZES DA OCDE E DE OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Phelippe Toledo Pires de Oliveira

Diana Piatti de Barros Lobo

575 A CONSULTA FISCAL COMO MEIO PREVENTIVO DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS. PERSPECTIVA COMPARADA COM ÊNFASE NO MERCOSUL

Renata Andréa Joner Parry

611 DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO MULTIPORTAS: ARTS. 9º E 10 DO PLP 125/2022

Trícia Navarro Xavier Cabral

627 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DEVERES DOS CONTRIBUINTES EXPRESSOS NO ARTIGO 6º DO PLP 125/2022

Doris Canen

Mariana Abrahão Franco

642 A RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS DE EDUCAÇÃO FISCAL

Regina Tamami Hirose

657 A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇOS EM AMBIENTE DIGITAL E CENTRALIZADO: A EXPERIÊNCIA DA PGFN COM O PORTAL REGULARIZE

Joana Marta Onofre de Araújo

670 A SUSPENSÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DA AFETAÇÃO DO TEMA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS OU AO REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL. UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA.

Rafael Campos Soares da Fonseca

691 ODUPLOGRAU DE JURISDIÇÃO NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO NO BRASIL E NOS PAÍSES DA OCDE

Ricardo Fagundes da Silveira

710 QUEM É O DEVEDOR CONTUMAZ?

Júlia Silva Araújo Carneiro

730 IMPACTOS DO INADIMPLEMENTO CONTUMAZ E FRAUDULENTO NA CONCORRÊNCIA E NA LIVRE INICIATIVA

Edson Luiz Vismona

745 O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO PROCESSO DE DECLARAÇÃO DO DEVEDOR CONTUMAZ

Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva

761 REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO E A REFORMA TRIBUTÁRIA: AS CONSEQUÊNCIAS E RESTRIÇÕES DO DEVEDOR CONTUMAZ

José Leite dos Santos Neto